

... continuação					
22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS					
a) Visão Geral: A Companhia está exposta aos seguintes riscos: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de taxa de juros; Risco de mercado; e Risco regulatório. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital da Companhia. Estrutura de gerenciamento de risco: A diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. b) Risco de crédito: A Companhia visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:					
	Mensuração	2025	2024		
Aplicação financeira	Valor justo por meio do resultado	88.111	136.888		
Contas a receber (I)	Custo amortizado	39.614	8.948		
Total		127.725	136.888		
(I) O contas a receber está apresentado líquido da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Em 31 de dezembro de 2025, o saldo bruto de contas a receber totalizava R\$ 40.993, sendo reconhecida PECLD no montante de R\$1.379, equivalente a 3,36% do saldo bruto (R\$0 em 2024). c) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais de estresse, sem causar perdas insustentáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.					
2025	Taxa de juros	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores	n.a	61.675	-	-	61.675
Passivo de Arrendamento	9,21% aa	3.684	5.264	-	8.948
Partes relacionadas	n.a	61.621	-	-	61.621
Total		126.980	5.264	-	132.244
c) Risco de liquidez					
2024	Taxa de juros	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores	n.a	3.381	-	-	3.381
Total		3.381	-	-	3.381

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez como segue:

	Mensuração	2025	2024
Fornecedores	Custo amortizado	61.675	3.381
Partes relacionadas	Custo amortizado	61.621	-
Outras Obrigações	Custo amortizado	9.945	-
Dividendos a pagar	Custo amortizado	106.188	-
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	3.070	-
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	8.948	-
Total		251.447	3.381

d) **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. e) **Risco regulatório:** O Contrato de Concessão estabelece um rol não exaustivo de obrigações do poder concedente e da Companhia, incluindo o regimento específico sobre a alocação de riscos entre a Companhia e poder concedente. Considera-se desequilibrado o contrato de concessão quando qualquer das partes sofrer os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado, que comprovadamente promova desbalançamento da equação econômico-financeira do contrato. Isso significa que eventuais impactos aos resultados da Companhia em virtude de descumprimento de obrigações contratuais do poder concedente e/ou de materialização de riscos a ele alocados poderão ensejar compensações à Companhia pelos meios de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstos no contrato - como a alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da concessão, dentre outras formas, inclusive, a combinação dos referidos mecanismos de compensação. O inadimplemento de obrigações contratuais ordinárias, inclusive de natureza financeira (contraprestações e aportes), por parte do poder concedente, especialmente no caso de contratos de parceria público-privada, poderá impedir o cumprimento integral dos compromissos contratuais da Companhia, inclusive os de natureza financeira, e causar diminuição de receita, acréscimo de custos, diminuição ou perda de lucros. No caso de inadimplemento do contrato de concessão pelo poder concedente, a Companhia poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsias do contrato de concessão, que incluem instauração de arbitragem ou, em se tratando de direito indisponível, acionamento do poder judiciário, para pleitear a defesa de seus direitos. A Companhia poderá, ainda, apresentar ação judicial de rescisão do contrato de concessão, com fundamento no art. 39 da lei nº 8.987/1995, em razão de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, hipótese em que os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. No caso de rescisão, a Companhia terá direito à indenização pelos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados até o momento da extinção contratual. Não há como garantir que os processos arbitrais ou judiciais serão julgados favoravelmente à Companhia, ou que as respectivas decisões serão proferidas e/ou executadas em tempo hábil a fim de evitar impactos materiais adversos na concessão, tampouco que a indenização será suficiente para compensar integralmente os investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados. f) **Gerenciamento do capital:** A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno e o risco para acionistas e credores.

	2025	2024
Fornecedores	61.675	3.381
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(89.714)	(137.899)
Dívida líquida (Caixa líquido de dívidas)	(28.039)	(134.518)
Patrimônio líquido	(156.161)	(142.942)
Capital social e dívida líquida	(184.200)	(277.460)

g) **Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros:** A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros no derivativos no fim do exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das aplicações financeiras da Companhia:

Operação	Juros a incorrer		
	Cenário I - provável	Cenário II - redução de 25%	Cenário III - redução de 50%
Juros sobre aplicações financeiras (I)	Risco	18.779	14.084
Juros a incorrer, líquidos		18.779	14.084

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - redução de 25%	Cenário III - redução de 50%
	CDI (I)	14,32	11,46

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. h) **Valor justo de ativos e passivos financeiros:** Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
	Caixa e equivalentes de caixa	89.714
Aplicações financeiras vinculadas	8.956	8.956
Contas a receber	39.614	39.614
Fornecedores	61.675	61.675
Partes relacionadas	61.621	61.621
Outras obrigações	9.945	9.945
Dividendos a pagar	106.188	106.188
Adiantamento de terceiros	3.070	3.070
Passivo de arrendamento	8.948	9.225

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado com base em técnicas de avaliação que utilizam dados observáveis de mercado, quando disponíveis. A Companhia classifica o valor justo de seus instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia estabelecida no CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), conforme segue: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais as informações utilizadas são observáveis direta ou indiretamente no mercado; • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais as informações utilizadas não são baseadas em dados observáveis de mercado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia foram classificados no Nível 2 da hierarquia do valor justo.

23. SEGUROS		
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as coberturas de seguros são resumidas como segue:		
	2025	2024
Vigência	Limites de	
Vencimento	Indenização	
30/01/2026	60.000	
03/02/2026	60.000	
30/01/2028	321.174	
30/01/2026	220.000	

Reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros

Riscos diversos

Bem público representado pelo sistema rodoviário denominado RR-040 / GO / MG

24. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

Os investimentos previstos para os 7 primeiros anos são de aproximadamente R\$3.800.000 de reais. Esses investimentos incluem obras, manutenção e operação da rodovia. Entre as principais intervenções previstas em contrato, há 342km de faixas adicionais, 61,6km de vias marginais, 34 passarelas, 5 passagens subterâneas, 272 pontos de ônibus, 18 passagens de fauna, 226 acessos e 2 pontos de parada e descanso para caminhoneiros. O contrato assinado com o a União prevê investimentos de R\$12.000.000 - ao longo dos 30 anos - em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R\$332.000. A Companhia firmou condições tarifárias e benefícios aos usuários como 14,32% de desconto na tarifa de pedágio, isenção de pedágio para motociclistas, desconto de 5% para usuários com TAG (DIT) e desconto progressivo de até 70% para usuário frente (DUF).

25. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	2025	2024
Reconhecimento do Direito de uso, pronunciamiento técnico CPC 06 (R2)	7	9.402
Fornecedores aquisição de intangível (a)	-	33.502
Dividendos propostos	-	106.188

(a) Valores pagos/creditados no período referente aquisição de períodos anteriores e que conciliam com aquisição de intangível do período.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2026, após a data-base das demonstrações financeiras, foi realizada a integralização de capital no montante de R\$ 157.000, pela controladora da Companhia, referente a capital anteriormente subscrito e não integralizado, no âmbito da sua estrutura societária. Como resultado dessa operação, a Vinci Highways do Brasil passou a integrar o quadro societário da Companhia, tornando-se uma de suas sócias. Em reunião realizada em 06 de abril de 2026, após a data-base das demonstrações financeiras, foi eleita a Sra. Mirna Santiago Vieira para o cargo de Diretora de Finanças e Relações com Investidores, em substituição ao Sr. François Xavier Marie Gabriel Arhanchiague. Na mesma data, o Sr. Mario dos Santos foi indicado para o cargo de Diretor sem Designação Específica, cuja eleição está condicionada à obtenção de autorização de residência para imigrante administrador com poderes de gestão, a ser concedida pela Secretaria Nacional de Justiça. Até a data de autorização das presentes demonstrações financeiras, a referida autorização ainda não havia sido concedida.

A DIRETORIA

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ad Administradores, Conselheiros e Acionistas da **Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.** - Contagem - MG **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as de-**

monstrações financeiras e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Compa-

nia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsa intencional. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. •

CONTADOR
Adilson Ernesto da Silva - Contador CRC MG 156266387/0-7

Availamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Ribeirão Preto, 27 de abril de 2026 **Humberto Fernandes de Oliveira Filho** Contador CRC GO 018446/0

